

MICRO CRÉDITO

Número 1
Junho 1999
Bimestral

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO

A ANDC no Porto

No dia 1 de Junho a ANDC desenvolveu duas actividades no Porto. À tarde realizou-se uma reunião sobre o papel dos "animadores" de projectos candidatos a empréstimos. Estavam presentes alguns animadores já escolhidos para os primeiros projectos, outros eventuais animadores em projectos futuros e responsáveis de instituições locais (IL) e da ANDC. O modo de coordenar a função do animador ANDC com o apoio já oferecido pelas instituições locais aos microprojectos ocupou grande parte da reflexão. Referiu-se a importância de não dispersar meios nem repetir funções - sobretudo, não superproteger os promotores ou, ainda pior, confundí-los com conselhos dispare. Não se excluiu que o técnico de apoio por parte da IL possa, eventualmente, responder também pela ANDC. Porém, sem pôr em causa o acompanhamento personalizado que a ANDC exige. À noite realizou-se uma reunião alargada a personalidades e IL da Região Norte. A Joana Veloso da ANDC, fez um resumo da sua génese inspirada nas teorias do Prof. Mohammad Yunus, fundador há 20 anos da experiência de grande sucesso do Grameen Bank do Bangladesh. Resumiu as adaptações desses princípios aos países desenvolvidos e como se procurou adaptar a Portugal essa ideia dando origem à recém-criada ANDC. Sucederam-se várias intervenções para esclarecimento de dúvidas e uma discussão sobre o papel do Estado e da sociedade civil neste tipo de iniciativas.

O microcrédito já é possível



Conseguimos! Ao fim de dois anos e meio de trabalho e de seis meses de existência da nossa Associação conseguimos reunir todos os instrumentos que julgávamos necessários para iniciar em Portugal uma actividade permanente e sustentada no campo do microcrédito.

Com a assinatura, a 30 de Abril, do protocolo com o IEFP fechámos a segunda etapa do nosso projecto. O primeiro momento permitiu-nos testar a necessidade do microcrédito e formular o modo concreto de o desenvolver nas circunstâncias específicas do país. No final de Abril concluímos a edificação de todas as parcerias em que apostámos. Agora entrámos na terceira etapa: demonstrar na prática as potencialidades do microcrédito na luta contra o desemprego, a pobreza e a exclusão.

Contamos com uma pequena equipa técnica — a Alice (secretária), a Ana Costa, o Mohamed Ahmed e a Fátima Bello — um espaço de trabalho próprio (atenção à nova morada e telefones) com o equipamento mínimo, 103 sócios e uma definição cada vez mais precisa das metodologias e processos que queremos desenvolver.

Contamos também com uma rede de relações com instituições locais, alguns animadores com quem temos vindo a trabalhar, um protocolo com o BCP que nos permitirá efectuar uma centena de empréstimos ao longo deste ano, o apoio do IEFP para cobrir parte das despesas de funcionamento da Associação e o contacto constante com as nossas congéneres de outros países.

Temos tudo o que planeámos. Porém, falta-nos

ainda o mais importante: a experiência. Nos próximos meses tentaremos obtê-la. Nesse sentido já saímos para o terreno, realizando as primeiras entrevistas a pessoas indicadas por diversas instituições locais. Pensamos concluir os primeiros contratos de crédito já no final de Junho. Esperamos que a vida de algumas pessoas possa começar a mudar ainda este ano!...

Estamos sem dúvida atrasados em relação ao planeamento que tínhamos pensado para este ano, mas não queremos, por esse facto, deixar de avançar com o máximo rigor. Sabemos que do sucesso destes primeiros passos depende o futuro do microcrédito em Portugal. Daí decorre a exigência de conciliar rapidez e informalidade com o rigor. Esperamos conseguir esta síntese difícil.

Às instituições locais anunciamos que podem, a partir de agora, fazerem-nos chegar a indicação de pessoas que, não tendo condições para aceder ao crédito normal, estando em situações de exclusão e tendo um projecto de actividade económica desejam iniciar tal actividade por recurso ao microcrédito.

Aos sócios e outras pessoas já contactadas recordamos que é agora o momento de alargarmos esta rede de solidariedade. Precisamos de novos contributos para o nosso "fundo de garantia". Ainda estamos nos 2.600 contos e teremos de chegar rapidamente aos 4.500. Esperamos os vossos comentários, novas propostas de sócios e apoio à parte que nos cabe na cobertura do risco de crédito. ▼

Jorge Wemans

**MICRO CRÉDITO
EM BRUXELAS**

A Associação participou, no final de Abril, em nova reunião do projecto transnacional sobre microcrédito apoiado pelo programa comunitário ADAPT-Integra. O projecto é constituído por cinco seminários temáticos e termina com a apresentação de um relatório final que pretende constituir uma ajuda para outras organizações que se queiram lançar na aventura do microcrédito na Europa. Participaram na reunião de Bruxelas: ADIE da França, CREDAL da Bélgica, SEON da Holanda e a ANDC. Realizaram-se até agora quatro seminários: o primeiro em Paris para preparar e lançar o trabalho; o segundo em Amsterdão sobre o papel da formação no apoio aos beneficiários do microcrédito; o terceiro em Lisboa sobre os métodos e instrumentos de avaliação, quer das candidaturas a microcrédito, quer dos resultados da actividade de cada instituição; o quarto em Bruxelas sobre a relação entre acompanhamento e financiamento no microcrédito. Este último encontro realizou-se em 15 e 16 de Abril e nele participaram Maria Joana Veloso e João António Bello. Foi muito importante a troca de impressões havida já que é preciso ter consciência de que juntar numa mesma instituição o papel de acompanhamento aos projectos financiados e a obtenção desses financiamentos, levanta alguns problemas práticos que podem tornar-se dificuldades acrescidas. No entanto, depois de pesar os prós e os contras desta opção de ligar as duas actividades, considerou-se que as vantagens são superiores aos inconvenientes. A próxima (e última) reunião terá lugar em Paris no início de Julho e a ANDC foi encarregada de preparar o primeiro rascunho do relatório final para aí ser apreciado.

“Um passo pioneiro”

O acordo de cooperação entre o IIEFP e a ANDC assinado a 30 de Abril de 1999, foi considerado pelo secretário de Estado do Emprego e Formação, Dr. Paulo Pedroso, um “passo pioneiro” a vários títulos. Do discurso proferido seleccionámos alguns excertos:

“Tenho por diversas vezes afirmado que a política de emprego deve ter como uma das suas componentes estruturais o que chamaria de dimensão reparadora de situações de exclusão social. (...) [existe] um conjunto de indivíduos para quem as possibilidades de encontrar trabalho são distantes e pouco realistas - em alguns casos porque simplesmente não há ofertas de emprego e, noutros casos, porque os indivíduos não reúnem o conjunto necessário de competências para aceder a um posto de trabalho dentro de uma lógica estrita de mercado. É para mim claro que, no contexto das políticas de emprego, deve haver resposta para estas situações. E é a esta respos-

ta que chamo de reparadora de situações de exclusão social. (...)

É necessário termos presente que a dificuldade de acesso ao crédito é uma das dificuldades que tende a crescer numa sociedade mais formal e em que as solidariedades tradicionais tendem a enfraquecer, e não apenas um dos principais mecanismos que enfrenta a luta contra a exclusão, bem como a promoção de percursos tendentes à inserção social.

É por isso que a assinatura deste acordo é particularmente importante. Trata-se de corporizar uma metodologia inovadora (...) Com este acordo abrimos uma nova frente de batalha contra a exclusão, pela promoção do emprego e pelo acesso à actividade económica por parte de indivíduos em situação de particular vulnerabilidade e desfavorecimento. (...)

As características deste projecto, que pode ser viável como sabemos pelas experiências semelhantes noutros países, a forma como

visa a promoção de relações económicas fundadas na confiança - na confiança de que quando são criadas as condições todos os indivíduos são capazes de respeitar acordos - são, para mim, uma garantia de sucesso. No entanto, e para lá destas características, a forma como concilia a actuação de uma instituição bancária, de uma associação da sociedade civil e de um instituto público é um exemplo claro de um caminho a seguir mais vezes. (...)

A combinação da Banca - enquanto fonte de crédito (e não poderia deixar de sublinhar, congratulando-me, o passo que é dado com o envolvimento de um Banco num projecto que visa não estritamente o lucro, mas sim, a promoção da coesão social e da melhoria das condições de vida de um número de cidadãos) -, da Associação Nacional de Direito ao Crédito - que seleccionará, acompanhará e assumirá riscos em relação ao crédito fornecido às populações carenciadas - e do IIEFP - que disponibiliza uma verba para o apoio técnico ao arranque e funcionamento do projecto, permitindo-nos a todos testar a sua viabilidade - configura uma nova modalidade de parceria. Uma nova modalidade que julgo ser portadora de enormes virtudes. Em que todos participam com algo. (...) É um passo pioneiro e que, como tal, deve ser visto como uma experiência. Estou, contudo, convicto que será uma experiência de futuro e com a qual todos poderemos lucrar e aprender.” ▼



“Os excluídos merecem todo o crédito”

EM MAIO 18 pessoas foram entrevistadas pela equipa técnica da Associação em resposta a outras tantas apresentações de casos propostos por instituições locais. As regiões do Porto, de Lisboa e da Serra da Estrela foram as escolhidas nestes primeiros contactos. De alguns deles damos conta na última página deste Boletim.

NO INÍCIO do ano a Associação assinou um protocolo com o BCP em que este concordou conceder até 100 empréstimos pessoais (cada um até ao máximo de 1000 contos) a taxa vizinha dos cinco por cento, com reembolso a três anos através de prestações mensais constantes. À Associação cabe propor os beneficiários e apoiar toda a tramitação do empréstimo, bem como nomear um “animador” que acompanhe cada iniciativa económica durante os primeiros seis meses de vida.

O CONSELHO da Cimeira Internacional sobre o Microcrédito reúne em Abidjan (Costa do Marfim) de 24 a 26 de Junho deste ano. Será um ponto de encontro de pessoas de todo o mundo envolvidas em experiências diversas de concessão de pequenos empréstimos a quem não pode oferecer garantias bancárias.

APESAR de já termos assinado o acordo com o IEFP, os fundos públicos ainda não nos chegaram, pelo que temos vivido de adiantamentos de alguns sócios. Se puder fazer parte desse grupo não hesite em contactar-nos. Os adiantamentos funcionam como empréstimos de curto prazo sem juros e reembolsáveis de uma só vez.

ATENÇÃO aos novos contactos (morada e telefone) da Associação (ver última página). Contudo, aqueles que nos contactarem através da anterior morada não se assustem que o correio continua a chegar-nos às mãos.

“Temos consciência de que o futuro do microcrédito neste país depende em boa medida de estarmos à altura da confiança que os nossos parceiros depositam em nós”, afirmou Jorge Wemans, presidente da ANDC, no momento da assinatura do acordo com o IEFP. Alguns excertos dessa intervenção:

“Admitir que cidadãos excluídos, ou em risco de o serem, possam querer responder a essa sua situação através do recurso à iniciativa económica própria pode parecer estranho, senão absurdo. Contudo, é por acreditarmos nessa hipótese que assinamos este protocolo. Ele é a última peça do conjunto de condições que julgámos necessário reunir para permitir o acesso ao crédito por parte de cidadãos que de outro modo não o obteriam. (...)”

A assinatura deste protocolo vem juntar o apoio das políticas públicas em favor do emprego aos restantes parceiros que a Associação Nacional de Direito ao Crédito já conseguiu reunir: 1) a soli-

dade activa de instituições estrangeiras com trabalho desenvolvido neste terreno; 2) os sócios que através das suas poupanças constituíram o fundo de garantia; 3) as instituições locais que trabalham directamente com os futuros



beneficiários do crédito; 4) o BCP que abriu uma linha de crédito especial em que cabe à ANDC a análise do risco de crédito.(...)”

Há menos de um ano convencemo-nos de que o mecanismo do microcrédito deveria, em Portugal, ser uma resposta baseada numa estratégia de fragilidade: uma

pequena estrutura incapaz de sobreviver caso perdesse a sua articulação com outros parceiros; uma acção que se fosse desenvolvendo por indução da experiência adquirida na resposta a casos concretos e não por quaisquer outros meios espectaculares. (...)”

Temos agora a expressão completa das parcerias que desejávamos obter. Resta construirmos as respostas que tornem visíveis as potencialidades do crédito na reinserção económica e social. Temos consciência de que o futuro do microcrédito neste país depende em boa medida de estarmos à altura da confiança que os nossos parceiros depositam em nós. Tal consciência só não nos é pesada

por que contamos com o engenho e a arte que a necessidade desenvolve nos desempregados, desocupados e subempregados capazes de definirem para si trajetórias de tomada da iniciativa económica. É nossa convicção de que eles merecem todo o crédito.” ▼

ficha de inscrição para sócio

NOME
MORADA
TELEFONE E-MAIL
Junto envio cheque nº sobre o banco no valor de
10.000\$00 para pagamento da quota de 1999



RETOMAR UMA TRADIÇÃO DE FAMÍLIA

Venda ambulante de peixe fresco

A determinação em lutar contra a pobreza e em garantir uma vida diferente para as suas filhas e o conhecimento familiar do negócio da venda de peixe fresco podem ser o ponto de partida para uma vida melhor.

Maria Eugénia tem 29 anos, três filhas menores (10, 8 e 2 anos), auferem um Rendimento Mínimo Garantido de 31.400\$00 por mês e paga uma renda de casa de 25 contos. Trabalha no campo e o marido na construção civil - quando há serviço.

O pai esteve emigrado em França onde trabalhou na construção civil. Quando regressou à terra dedicou-se à venda ambulante de peixe, negócio tradicional na família já que a mãe dele — a avó da Maria Eugénia — e alguns ir-

mãos estavam nesta actividade. Hoje está reformado, mas disposto a ajudar a filha a seguir o mesmo caminho.

Não é preciso falar muito com ela para perceber que a vida tem sido madrastra para a Maria Eugénia. Na pequena conversa que tivemos, e apesar da timidez característica de pessoas simples quando num ambiente que não é o seu, ficou logo com a certeza de que ela está determinada a lutar para quebrar o círculo vicioso da pobreza em que se encontra. E, sobretudo, para garantir às

suas filhas uma vida diferente da sua.

O projecto da Maria Eugénia consiste na venda ambulante de peixe fresco nas aldeias vizinhas sem peixarias. Para tal seria necessário comprar uma carrinha frigorífica usada e... pouco mais: tesouras, balança... Obviamente, nem ela nem o pai tem dinheiro disponível para tal. Mas um pequeno crédito poderia ser um empurrão para mudar a vida de alguém que nunca teve conta bancária e muito provavelmente nunca entrou num banco. ▼

NO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO E NO VALE DE CAMPANHÃ

Artesanato e oficina de sapateiro

Dois histórias em que a coragem e a força de vontade para começar de novo são o maior capital para o sucesso dos projectos.

O trabalho para a recuperação do centro histórico do Porto já começou há vários anos. No Vale de Campanhã é mais recente. Através da respectiva Fundação tivemos ocasião de entrevistar duas pessoas para quem a obtenção de microcrédito pode alterar as perspectivas de vida.

No primeiro caso trata-se de uma rapariga cheia de "genética" perante as adversidades da vida. Andava na Universidade, aos 19 anos, quando teve um AVC e ficou em coma. Com muita força de vontade, recuperou quase tudo, mas ficou com o braço direito paralisado. Passou a viver em casa alugada com uma amiga e a trabalhar em telemarketing, com recibos verdes, e sem a mínima segurança.

Tem muitos conhecimentos

entre os artesãos do interior do país e algumas fábricas e já contactou várias lojas de artesanato ou de decoração em Portugal e no estrangeiro. Pretende ser intermediária entre uns e outros, vendendo em lojas de Lisboa, Coimbra, Algarve, sul da França e norte de Espanha.

Tem o apoio de pessoas amigas na área do design e a hipótese de dispor de um espaço sem pagar renda durante um ano. Concorreu a um ACPE. Precisa de cerca de 700.000\$00 para o arranque da actividade e para algum marketing inicial.

Uma outra situação é a de um senhor de mais de 60 anos que foi sapateiro toda a vida. Primeiro em Portugal, depois em França durante 14 anos onde arranhou sapatos no Printemps da Rue de Rivoli. Há dois

anos vivia em casa sua com a mulher e a filha e tinha uma boa poupança no banco. Mas um grave problema familiar levou-o a ficar de um dia para o outro sem nada, nem família, nem casa, nem dinheiro.

Passou a viver numa roulotte velha emprestada e a comer na Porta Amiga da AMI. Agora recebe o RMG e está inscrito para ter uma casa da Câmara de renda limitada.

Quer recomeçar a sua vida de sapateiro e necessita de 950.000\$00 para o investimento inicial. Consegue uma pequena loja em bom local com uma renda quase simbólica.

A coragem e força para recomeçar impressionam neste homem para quem a vida, de repente, parecia não ter mais saída. ▼